

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

Não aceitamos a farsa da Escola de Tempo Integral do PSDB

Subsedes devem informar quais escolas foram selecionadas em cada região

Aquilo que o governo João Doria vem alardeando como Programa de Ensino Integral (PEI) não corresponde ao conceito de educação integral definido na legislação educacional.

A LDB (Lei 9394/1996) é clara ao definir no parágrafo 2º do artigo 34 que: "O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino".

Ao mesmo tempo, a estratégia 6.3 do Plano Estadual de Educação (PEE) define que a educação integral deve: "Garantir consonância entre as políticas de educação integral e o Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar, orientando-se pelos princípios democráticos e participativos".

Entretanto, sucessivos governos do PSDB, assim como o governo Bolsonaro e o de João Doria em São Paulo, impõem escolas de tempo integral de forma autoritária e totalmente em desacordo com esses pressupostos, inclusive sem nenhuma lógica pedagógica, pois se inicia pelo ensino médio, extinguindo o período noturno e as classes de Educação de Jovens e Adultos, expulsando estudantes trabalhadores das escolas.

Projeto imposto sem debates

Após um período em que pressionou as co-

munidades escolares e os conselhos a aprovarem a transformação das escolas em unidades de tempo integral (inclusive com muitas fraudes que a APEOESP contestou e contesta), na atual fase o Estado simplesmente enfia esse projeto "goela abaixo", sem passar pelos Conselhos, descumprindo o art. 95 da Lei Complementar nº 444/1985), que estabelece que o Conselho de Escola é o espaço de deliberações administrativas e pedagógicas da unidade escolar.

Apesar de a SEDUC afirmar que as escolas interessadas poderão se manifestar favoravelmente até o dia 13/9, caso tenham interesse, o que ocorre na realidade é um processo de imposição do programa.

Falta estrutura nas escolas

Além da forma autoritária como o governo quer impor essa farsa, a estratégia 6.6 do PEE-SP determina que o Estado deve: "Garantir a infraestrutura necessária para o atendimento da educação em tempo integral, no que se refere a espaços, laboratórios, salas de leitura, equipamentos de informática e recursos didático pedagógicos".

Quem conhece a realidade das escolas públicas da rede estadual paulista tem conheci-

mento das condições de abandono em que se encontram. Faltam laboratórios, bibliotecas, há escolas com estruturas comprometidas, banheiros em estado deplorável, falta de papel higiênico. Queremos condições estruturais e pedagógicas em todas as escolas, não apenas em algumas para atender apenas uma parcela dos estudantes.

Melhores condições de trabalho aos professores

Além disso, um dos pilares da educação integral é a garantia das condições, inclusive salariais, para que o professor ministre aulas em apenas uma unidade escolar, em vez de ser obrigado a completar sua carga horária em diversas escolas estaduais e também nas redes municipais ou escolas particulares para sobreviver.

Uma dessas condições essenciais é a implementação da composição da jornada de trabalho definida na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que também define um valor mínimo nacional que o professor deve receber, sendo reajustado anualmente. A jornada de trabalho que permite ao professor as mínimas condições para exercer suas atividades docentes, conforme a lei, estabelece que pelo menos 1/3 dessa jornada será realizada em atividades extraclasse, sem interação com educandos. Lamentavelmente, o Estado de São Paulo, o ente mais rico da União, não cumpre atualmente nenhum dos dois preceitos, o valor mínimo e a composição da jornada.

O projeto do governo também é uma farsa porque desrespeita a carreira do magistério. O governo institui uma seleção diferenciada de professores “por perfil”, sem respeitar a lista única de classificação. Também estabelece uma gratificação de 75% sobre seus vencimentos, quando deveria haver a melhoria geral dos salários da categoria, pois todos desenvolvem um trabalho educacional importante. Note-se que essa gratificação é retirada assim que este profissional deixa o projeto ou se aposenta, voltando a receber o seu baixo salário. Também obriga este docente a se submeter a avaliações periódicas. Quem não se enquadra nas exigências do governo é simplesmente desligado do programa.

O Programa de Ensino Integral do PSDB, que Doria quer ampliar, como já dissemos, exclui os estudantes que precisam trabalhar, devido ao fechamento do período noturno. Esses jovens, mais tarde, buscarão vagas na Educação de Jovens e Adultos. No entanto, também esta modalidade está sendo reduzida, com o fechamento de classes e a recusa em atender à demanda que se apresenta. Em muitos momentos, a APEOESP, juntamente com a comunidade, tem conseguido a abertura de classes ou o cancelamento do fechamento de classes existentes.

Ações contra a imposição do PEI

Precisamos debater com todos os professores e com a comunidade escolar o que está acontecendo neste momento e mobilizar todos e todas contra essa farsa, que visa apenas ser utilizada como marketing nos processos eleitorais, não apenas em 2020, mas sobretudo em 2022, quando João Doria pretende disputar a Presidência da República.

Assim, encaminhamos as seguinte orientações às subsedes:

- Fazer levantamento das escolas que estão sendo selecionadas para se tornarem Escolas de Tempo Integral (informar à Sede Central quantas e quais escolas pelo email presiden@apeoesp.org.br);
- Informar quais escolas que já aderiram e as que não aderiram, com etapa de ensino, e localização da escola (centro ou periferia);
- Informar em quais escolas houve eventual ou reunião do Conselho de Escola para debater o tema e o resultado;
- Informar qual o modelo de PEI está sendo proposto para cada escola (sete horas ou nove horas diárias de ensino, se há parceria com a Fundação Paula Souza e outros dados importantes);
- Mobilizar os professores, estudantes, pais e outros segmentos sociais contra a imposição da farsa da Escola de Tempo Integral de Doria;
- Denunciar nos meios comunicação regionais as intenções do governo Doria e apresentar nossos argumentos em defesa da qualidade da educação e dos direitos do magistério.